

ANC
pág 10

Filigranas demais

JORNAL DE BRASÍLIA

FEV 1987

O enorme esforço despendido pelos partidos da Aliança Democrática para impedir o comparecimento do ministro Dilson Funaro à Constituinte não é de fácil assimilação por parte de todos aqueles que, nos anos de regime militar, viram muitos dos hoje líderes do MDB e PMDB lutando contra a Arena e o PDS para assegurar o depoimento de ministros de Estado no Legislativo.

Para justificar sua posição, os próceres dos partidos governistas — PMDB e PFL — alegam que a convocação feita pelos pequenos partidos, do PT ao PDS, estabelece um princípio inaceitável: a soberania da Constituinte. Ora, dizem os peemedebistas e pefelistas, uma Constituinte que pode convocar um ministro para debater problemas conjunturais, como a crise econômica e a dívida externa, pode tudo, é o poder maior. E é isto que os partidos de oposição querem, e que o governo não quer.

É nessas filigranas que reside grande parte da incompreensão do cidadão comum diante da questão. Segundo o raciocínio governista, o ministro Funaro poderia comparecer à Câmara ou ao Senado, mas não à Constituinte. Mas a Constituinte não é uma reunião de deputados e senadores? — pergunta o cidadão comum. Para a opinião pública, que está pouco interessada em detalhes regimentais e entrelinhas políticas, a conclusão é uma só: o governo não quer que Funaro seja sabatinado sobre as questões mais importantes do país neste momento.

Também é difícil para muita gente entender a postura imperial do presidente da

Constituinte (e da Câmara e do PMDB), deputado Ulysses Guimarães, impedindo a discussão do assunto e a prorrogação da sessão — uma das poucas, até agora, com expressivo comparecimento dos constituintes. Amparado por um regimento autoritário, em vigor desde os tempos em que os governos militares procuravam controlar o Congresso por intermédio de seus prepostos designados para presidir as duas Casas Legislativas, o deputado Ulysses Guimarães agiu exatamente como agiam alguns de seus antecessores.

Simplificando posturas e comportamentos, os partidos, os constituintes, o povo, a nação, todos ganham. A questão central é simples: o país atravessa grave crise econômica; o ministro da Fazenda está no centro dos acontecimentos, como não poderia deixar de ser; a Constituinte, que estabelecerá a ordem econômica do país, quer ouvir do ministro explicações sobre a crise e as medidas de governo para superá-la. Por que não?

Explicações como as dadas pelos líderes governistas servem somente para tergiversar a questão central, da importância que teria para todo o país o comparecimento do ministro da Fazenda à Constituinte, integrada por deputados e senadores.

Questões econômicas, dívida externa são assuntos da Constituinte, que têm o direito de debatê-los e não pode ser limitada à tarefa de redigir artigos da futura Carta Magna. O comparecimento do ministro Funaro nenhum prejuízo traria ao governo e às instituições. Pelo contrário.